



Jorge Viana (3º à esq.) conduz debate com especialistas, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o tema "Energia e desenvolvimento do Brasil"

Audiência revela divergências sobre redução da tarifa de energia elétrica

Representante de centro de estudos fala em crise de confiança, mas industrial apoia medida do governo. **8**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.841 — Brasília, terça-feira, 2 de abril de 2013



especial Cidadania

Congresso promulga hoje os novos direitos das domésticas

Emenda que foi aprovada por unanimidade no Senado, na terça-feira, garante os mesmos direitos já assegurados aos demais trabalhadores, como jornada de 44 horas semanais, com validade imediata, e FGTS, que ainda depende de regulamentação

Em entrevista à Agência Senado, a relatora da proposta de emenda constitucional que resultou nos novos direitos, senadora Lídice da Mata, disse

acreditar numa mudança cultural na relação entre empregados e patrões. Em Plenário, Acir Gurgacz defendeu ontem medidas compensatórias aos patrões para garantir a

formalização dos direitos e evitar demissões. A ideia também faz parte de projeto do senador Roberto Requião. A sessão do Congresso está marcada para as 18h. **4 e 5**

Ministro debaterá amanhã caso de corintianos presos na Bolívia **6**

Painel informa ao público medidas de austeridade **2**



Objetivo é atualizar informações sobre cortes de gastos no Senado



Dom Orani Tempesta (D), presidente do Conselho de Comunicação Social, conduz a reunião realizada ontem

Conselho apoia mais proteção a jornalistas

Projeto de lei que estabelece participação da Polícia Federal na investigação de crimes contra jornalistas, quando houver omissão, ganhou ontem moção de apoio

do Conselho de Comunicação Social do Congresso, órgão que reúne representantes das empresas de comunicação, dos profissionais do setor e da sociedade civil. **7**

Comissão de Educação analisa oferta de merenda durante férias escolares **8**

Sancionada lei que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa **3**

DIREITOS IGUAIS AOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS

O Senado Federal aprovou a **PEC dos Trabalhadores Domésticos**, que estende direitos trabalhistas a mais de 9 milhões de cidadãos. A Proposta se transformou na Emenda Constitucional 72/2013. Agora, os trabalhadores domésticos também contam com FGTS, jornada diária de oito horas, hora extra e adicional noturno, entre outros benefícios. **É o Senado reconhecendo a importância desses profissionais para o Brasil.**



Painel expõe medidas de austeridade no Senado

Meta para 2013 e 2014 é economizar R\$ 296 milhões com extinção de órgãos e funções, redução de contratos com empresas terceirizadas e intercâmbio de servidores com outros órgãos públicos

COMEÇOU A FUNCIONAR ontem o painel que informa, de maneira atualizada, os cortes feitos na estrutura do Senado e a economia resultante. Nos últimos dois meses, foi anunciada a meta de redução de R\$ 296 milhões nos gastos de 2013 e 2014. Segundo o presidente do Senado, Renan

Calheiros, a instituição deve levar em conta o anseio da sociedade por mais austeridade, transparência e eficiência.

A extinção de órgãos e funções, a redução dos contratos com empresas terceirizadas e o intercâmbio de servidores com outros órgãos da administração pública estão entre

as medidas. A não renovação de contratos terceirizados, por exemplo, deve evitar gastos de R\$ 66 milhões. O corte de 25% das funções de chefia e assessoramento será de R\$ 26 milhões, em dois anos.

O Senado espera poder transferir ao Tesouro verbas eventualmente não utilizadas.



Painel eletrônico no Senado informa de maneira atualizada a economia obtida com os cortes de gastos e quais as medidas adotadas para promover "enxugamento" na estrutura da Casa

Salários em empresas públicas poderão ter divulgação obrigatória

Empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias públicas poderão ser obrigadas a divulgar a remuneração dos empregados e servidores. A exigência, que já alcança a maioria do funcionalismo público do país, poderá ser aprovada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A divulgação dos vencimentos de servidores passou a ser obrigatória com a Lei de Acesso à Informação (Lei 11.527/2011). No entanto, a medida não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista, o que justificou a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC 3/2012).

A iniciativa, de Roberto Requião (PMDB-PR), estabelece a divulgação mensal e nominal da remuneração. Segundo o senador, "trata-se de dar ao cidadão e à opinião pública instrumento imprescindível à fiscalização do gasto público".

Luiz Henrique (PMDB-SC), relator, recomenda sua aprovação por reconhecer o interesse público da medida.

CAS analisa punição por descontos não autorizados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota amanhã, em decisão terminativa, projeto de lei que prevê multa para entidade de aposentados que descontar mensalidades dos benefícios dos associados sem autorização.

A proposta (PLS 316/2010), do ex-senador Arthur Virgílio, altera a lei que trata dos benefícios previdenciários (Lei 8.213/1991). Apesar de a lei autorizar o desconto de mensalidades apenas quando houver autorização expressa, argumentou o autor, muitas entidades realizam descontos sem a concordância do aposentado. A iniciativa prevê multa de 50% sobre o valor arrecadado sem autorização.

Outro projeto em análise terminativa determina que o valor pago pelo empregador ao empregado para custear a educação dele ou a dos dependentes poderá ficar fora da base de cálculo para efeitos fiscais.

A proposta (PLS 441/2011) é de Pedro Taques (PDT-MT).

Comissão debaterá derrubada de regra sobre precatórios

A mudança no regime de pagamento de precatórios será debatida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por sugestão de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Luiz Henrique (PMDB-SC). A data da audiência pública ainda não foi marcada.

Emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional permitia o pagamento dos precatórios por estados e municípios em até 15 anos, a realização de leilões para priorizar o atendimento do credor disposto a dar mais desconto e a previsão de reserva de 1% a 2% nos orçamentos públicos para quitação dos débitos.

Com a derrubada parcial da norma, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), voltaram a valer as regras originais da Constituição de 1988, o que inviabiliza, para os autores do requerimento, o pagamento dos precatórios.

A estimativa é de que 1 milhão de credores tenham mais de R\$ 90 bilhões a receber de estados e municípios.

Alvaro acusa governo de ser incoerente nos discursos e tolerante com inflação

Uma declaração da presidente Dilma Rousseff durante a Cúpula do Brics, em Durban, na África do Sul, foi interpretada por analistas como uma posição de tolerância excessiva com relação à inflação, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador se disse preocupado com a falta de coesão do governo na condução da política econômica do país.

Segundo Alvaro, Dilma disse não concordar com políticas de combate à inflação que "olhem" a questão do crescimento econômico. Ela afirmou

que a contraprova é dada pela realidade, já que o Brasil teve baixo crescimento no ano passado e ainda assim a inflação aumentou, e atribuiu o aumento a "choque de oferta" causado pela crise econômica. De acordo com o senador, mais tarde, após a repercussão negativa, Dilma afirmou que a declaração havia sido manipulada e que

o combate à inflação é um valor no governo dela.

— Desmentidos à parte, como destacam credenciados especialistas, a presidente conseguiu disseminar junto aos agentes econômicos que não advoga a tese de tolerância zero com a inflação — criticou.

Para Alvaro, os instrumentos de comunicação da política econômica com o mercado es-



Waldemir Borges/Agência Senado

tão sendo "minados pelas declarações desencontradas do governo".

— O diagnóstico feito pelo Banco Central sobre as causas da inflação, explicitado nas atas do Copom e no Re-

latório de Inflação, colide frontalmente com a primeira visão manifesta em Durban. Segundo o banco, as causas internas prevalecem às externas, para justificar o patamar superior a 6% da inflação no período de 12 meses — disse.

O senador disse que a inflação pode ser percebida pelos danos no orçamento das famílias.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Vítimas da seca

14h O primeiro item da pauta é o projeto de lei de conversão (PLV 3/2013) que libera recursos para agricultores atingidos pela seca. A matéria tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA PEC das Domésticas

10h O senador Renan Calheiros participa de reunião do Conselho Deliberativo da Sudene em Fortaleza; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 18h, preside sessão do Congresso para promulgação da PEC das Domésticas, no Plenário do Senado.

CCT Ministro Raupp

9h A comissão ouve o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, sobre as prioridades do ministério.

CRE Armênia e Hungria

9h30 Aprecia as indicações de Edson Marinho Duarte Monteiro para embaixador na Armênia, e de Valter Pecly Moreira, na Hungria, após sabatina dos diplomatas.

CAE Presidente do BC

10h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala sobre as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

CONSTITUIÇÃO Comissão mista

10h Instalação da comissão mista destinada a consolidar a legislação e a regulamentar dispositivos da Constituição.

CE Merenda escolar

11h O primeiro item em pauta é o projeto que garante a distribuição de alimentação escolar nos dias úteis não letivos para os alunos da rede pública.

CMMC Valoração do ecossistema

11h Debate sobre a "valoração dos serviços ecossistêmicos" como política de mudanças climáticas terá a presença de Artur Paiva, da Conservação Internacional.

CMA Selo Verde

11h30 Na pauta, projeto que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus.

CMO Escolha do comando

14h30 Eleição da Mesa da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara.

ICMS Cinco secretários

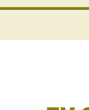
16h Secretários de Fazenda do Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Amazonas debatem mudanças nas alíquotas do ICMS.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Lei que cria Secretaria da Micro e Pequena Empresa é sancionada

Promover a competitividade e a inovação são objetivos da nova pasta. Oposição questionou a necessidade de mais um ministério

FOI PUBLICADA ONTEM no *Diário Oficial da União* a Lei 12.792/2013, que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com status de ministério. Vinculada à Presidência da República, a nova pasta tem entre as funções desenvolver políticas de apoio à microempresa, empresa de pequeno porte e de artesanato. O nome do titular da pasta ainda não foi anunciado.

Sancionada na quinta-feira pela presidente Dilma Rousseff, sem vetos, a lei resultou de projeto aprovado pelo Senado no início de março (PLC 112/2012). A discussão do texto em Plenário foi marcada por protestos de senadores da oposição, contrários à criação de mais um ministério. Em defesa do novo órgão, parlamentares governistas afirmaram que a valorização de micros e pequenas empresas resultará em mais empregos e na ampliação de oportunidades



Ann Volpe/Agência Senado

Secretaria, ainda sem titular, deverá incentivar e qualificar microempresas, como a de bolinhos de chocolate

no mercado brasileiro.

A nova secretaria absorverá parte das competências do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cuidando especificamente

de incentivo, qualificação e promoção da competitividade e da inovação em empresas menores.

Para alcançar os objetivos, a Secretaria da Micro e Pequena

Empresa será responsável por incentivar a criação de fóruns nacionais e regionais a fim de promover a participação de entidades que representam o setor.



Waldecir Barreto/Agência Senado

Paim: bancada gaúcha leva proposta para FPE

Paulo Paim (PT-RS) relatou encontro entre a bancada gaúcha e o governador Tarso Genro com o relator do projeto de lei que reformula o Fundo de Participação dos Estados (FPE), Walter Pinheiro (PT-BA). Segundo Paim, o relator se mostrou sensível aos pleitos.

Entre as propostas apresentadas, está um limite populacional mínimo de 1% e máximo de 7% como critério para a distribuição dos recursos.

Paulo Paim destacou também que a Previdência Social urbana teve um superávit de R\$ 25 bilhões em 2012, o maior desde 2001. Frente ao crescimento na arrecadação, o parlamentar pediu novamente a extinção do fator previdenciário, tema de projeto do senador, já aprovado no Senado, mas ainda não votado na Câmara dos Deputados.



Waldecir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia quer evitar queda de receitas do RS

Ana Amélia (PP-RS) informou que o objetivo do encontro da bancada gaúcha com o relator do FPE foi discutir uma forma de não penalizar o Rio Grande do Sul, que acumula dívida superior a R\$ 40 bilhões. O texto está na pauta de votações do Plenário desta semana.

Na proposta do relator, Walter Pinheiro, disse Ana Amélia, o Rio Grande do Sul perderia, a partir de 2017, quase R\$ 500 milhões em receitas do FPE. Em dez anos, a redução chegaria a 30%, alertou. O estado foi um dos que entraram na Justiça contra os critérios atuais para a repartição do fundo, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

— Felizmente, o relator da matéria tem tido abertura, sensibilidade, paciência e tolerância para tratar desse tema — afirmou a senadora.



Waldecir Barreto/Agência Senado

Regra não pode punir o Norte, diz Capiberibe

Estados da Região Norte sofrerão redução significativa no recebimento de recursos do FPE, afirmou ontem João Capiberibe (PSB-AP), se aprovado substitutivo de Walter Pinheiro que usa como critérios a população e a renda familiar per capita.

— O Amapá, por exemplo, terá seu índice reduzido de 3,45% para 2,54%. Uma queda de quase 30%, insustentável para esta unidade da Federação — disse.

Capiberibe explicou que os ex-territórios têm população reduzida e menor desenvolvimento econômico devido ao recente processo de ocupação e à inexistência de infraestrutura de investimentos. Como alternativa, ele defendeu emenda sugerida pela Secretaria da Receita do Amapá, que prioriza estados com menor produto interno bruto (PIB).

Rolleberg quer desenvolvimento econômico do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) criticou o governo do Distrito Federal, a cargo de Agnelo Queiroz, por contratar uma empresa de Cingapura, sem “conexão com a realidade local”, para planejar o desenvolvimento econômico de Brasília nos próximos 50 anos. O senador afirmou que, em dois anos e três meses, a atual administração do DF teve seis secretários de Desenvolvimento Econômico, cargo que chamou de “instrumento de barganha política”.

— É importante conceber a vocação de Brasília como grande polo de desenvolvimento de toda a região. Para isso, é fundamental ter visão estratégica. Lamento muito que um governo que ajudamos a eleger tenha se afastado completamente dos seus compromissos com a cidade — disse.

Rolleberg criticou a falta de uma política, no governo de Agnelo, para a articulação com o Entorno. Também apontou a carência no transporte para o Distrito Federal e a ausência de polos industriais na região metropolitana. Para o senador, falta investimento público nas vocações de Brasília, como as de centro de eventos turísticos, de parque tecnológico e de polo na área de saúde. Defendeu a implantação de parques de biotecnologia e um programa de extensão que utilizasse a capacidade das universidades em prol das micros e pequenas empresas.

Sobre a construção do estádio de futebol, o senador considerou que é importante, mas é um “investimento muito caro sem ter outras contrapartidas, outros legados”. Ele se ressentiu da falta de obras de mobilidade urbana, infraestrutura turística e de qualificação profissional.

Rolleberg ainda elogiou o *Correio Braziliense* por uma série de reportagens ao longo das últimas semanas sobre o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.



Waldecir Barreto/Agência Senado

Para Rolleberg, o GDF se afastou dos compromissos com Brasília

Segundo Acir Gurgacz, Rondônia deve perder R\$ 257 milhões em 2013

Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou ontem para a previsão de perda de arrecadação de Rondônia na hipótese de aprovação do substitutivo de Walter Pinheiro aos projetos

sobre a distribuição do FPE. Ele disse que o texto reduz o repasse de 2,81% para 2,44% entre 2013 e 2018.

— Nesse período, havendo perda de receita em relação

ao que estava previsto no Orçamento de 2012, considerando que houve de fato uma perda de receita em 2012 por conta das reduções concedidas pelo governo federal

no IPI para automóveis, linha branca e itens de materiais de construção, [o estado] perderá algo em torno de R\$ 257 milhões em 2013 — afirmou o senador.

Congresso promulga hoje emenda sobre trabalho doméstico

Em sessão às 18h, o Congresso promulga a emenda constitucional que amplia os direitos dos empregados domésticos, prevendo limite de 8 horas diárias e 44 semanais, horas extras e FGTS. A relatora, Lídice da Mata, acredita em mudança cultural na relação entre empregado e patrão

O CONGRESSO REÚNE-SE hoje, às 18h, para promulgar a emenda constitucional que garante aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores. A proposta (PEC 66/2012) foi aprovada por unanimidade no Senado na terça-feira.

Durante a votação, que terminou com 66 votos a favor e nenhum contrário, diversos parlamentares comentaram que a aprovação da proposta significava o fim de uma injustiça e a garantia de tratamento igualitário para os empregados domésticos. A sessão contou com a presença de representantes da categoria e de várias autoridades.

As novas regras entram em vigor na data da publicação da emenda. Alguns dos direitos são imediatos, como a jornada definida, com limite de 8 horas diárias e 44 semanais, e as horas extras. Para outros dispositivos previstos na nova lei, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o texto prevê a necessidade de regulamentação.

Direitos

Atualmente, o trabalhador doméstico tem apenas parte dos direitos garantidos pela Constituição aos trabalhadores em geral. Alguns dos direitos já garantidos são salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado e licença-gestante e licença-paternidade, aviso-prévio e aposentadoria.

Entre os novos direitos, está o controle da jornada de trabalho, uma das mudanças mais relevantes na prática. Se antes os empregados domésticos não tinham duração do trabalho definida, a partir de agora passam a ter direito a uma jornada de 44 horas semanais e não superior a 8 horas diárias. Além disso, passam a receber horas extras, que devem ser remuneradas com valor pelo menos 50% superior ao normal.

Outro direito garantido pela emenda constitucional é o FGTS, que deve gerar o maior aumento de custo para o empregador. O valor a ser recolhido mensalmente é de 8% do salário do empregado, que poderá receber o valor acumulado nas hipóteses previstas em lei.

Os direitos dos empregados domésticos

DIREITOS ATUAIS

<p>Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as necessidades vitais básicas e as da família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a vinculação para qualquer fim</p>		
<p>Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo</p>	<p>Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias</p>	<p>Licença-paternidade</p>
<p>13º salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria</p>	<p>Aposentadoria</p>	
<p>Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos</p>	<p>Gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos um terço a mais do que o salário normal</p>	<p>Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias</p>
<p>PEC 66/2012 – DIREITOS GARANTIDOS</p>		
<p>Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário</p>	<p>Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que recebem remuneração variável</p>	<p>Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime a retenção dolosa</p>
<p>Duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho</p>	<p>Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança</p>	<p>Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho</p>
<p>Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por sexo, idade, cor ou estado civil</p>	<p>Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência</p>	<p>Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos</p>
<p>PEC 66/2012 – DIREITOS QUE DEPENDEM DE REGULAMENTAÇÃO</p>		
<p>Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos</p>	<p>Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)</p>	<p>Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno</p>
<p>Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 5 anos de idade em creches e pré-escolas</p>	<p>Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei</p>	
<p>Seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa</p>		

Relatora da PEC prevê mudança na relação entre empregado e patrão

A partir da promulgação da Emenda Constitucional 72/2013, os empregados domésticos passarão a ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores brasileiros assegurados na Constituição.

Para dezenas de senadores que discursaram no Plenário durante a votação da PEC 66/2012, na última terça-feira, a emenda é a reparação de uma “injustiça histórica” e o fim de um resquício escravagista. Assim também pensa a relatora da proposta, Lídice da Mata (PSB-BA), que, em entrevista à Agência Senado, disse acreditar numa mudança cultural na relação entre empregados e patrões. Para Lídice, inicialmente, deve haver certo desconforto e muitas dúvidas, mas as partes “chegarão a um consenso sobre a melhor forma de se adaptar às mudanças legais”.

A senadora se diz satisfeita por ter conseguido a aprovação da PEC em pouco tempo no Senado e rebate as críticas de que a medida causará demissão em massa de domésticos.

— A aprovação desta PEC vem quitar uma antiga dívida social que o país tinha com mais de 7,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, retirando-os das relações regidas pela servidão — afirma.

A PEC 66/2012 tramitou por mais de dois anos na Câmara e só três meses no Senado. A que a senadora atribui tal agilidade?

Lídice da Mata — Atribuo esta agilidade a uma decisão política do Senado de corrigir essa distorção histórica. O Senado é uma câmara revisora e, se a PEC já havia sido debatida tão profundamente, inclusive com a constituição de uma comissão especial para analisá-la na Câmara dos Deputados, não havia sentido que ficasse mais tempo no Senado. É um momento histórico, que o povo vai reconhecer como necessário para o país.

Houve alguma dificuldade para aprovar o relatório?

A tramitação foi tranquila,

tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), como nos dois turnos no Plenário. Os senadores foram unânimes em defender que já estava mais do que na hora de garantir aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores. Na CCJ, foram apresentadas duas emendas, uma pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e outra pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC). Mesmo reconhecendo o mérito, decidimos pela rejeição de uma e pela apresentação de outra como emenda de redação, de modo a acelerar a votação. Nosso objetivo foi aprovar a PEC da forma como veio da Câmara, evitando o retorno da matéria àquela Casa. A emenda de redação evitou que a licença-maternidade passasse a depender de lei ordinária para ser concedida. Já a emenda rejeitada estabelecia prazo de prescrição dos direitos trabalhistas dos empregados. Já apresentamos projeto em separado para tratar dessa questão.

O tema, inclusive, tornou-se pauta de trabalho do governo, envolvendo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério do Trabalho e Emprego.

A categoria das domésticas ajudou de alguma forma durante a tramitação?

Tivemos a contribuição de entidades e sindicatos que representam a categoria, tanto enviando sugestões como participando de debates e audiências. No segundo turno de votação, a presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), Creuza Maria, foi homenageada, sendo convidada a participar da mesa. Mas é preciso lembrar que a luta vem desde muito antes da PEC, que começou a tramitar na Câmara em 2010. Desde a Constituinte, diversas iniciativas marcaram o movimento das trabalhadoras domésticas Brasil a fora, com apoio de outros movimentos, como os das mulheres, e de agências internacionais, entre elas a OIT [Organização Internacional do Trabalho], a Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe] e a ONU Mulheres.



Lídice, Creuza (Fenatrad) e Benedita da Silva no dia da aprovação da PEC

O que significa essa conquista para os empregados domésticos?

Representa a conquista efetiva de direitos que já eram concedidos aos demais trabalhadores e, injustamente, não o eram aos trabalhadores domésticos. Na verdade, essa distorção remete ao período escravocrata, desde a colonização portuguesa, passando pelo Império, até a abolição da escravatura dos negros. O emprego doméstico vem dessa cultura, de pessoas, principalmente mulheres e negras, servindo aos senhores em troca de casa e comida, poucas vezes remuneradas e, quando o eram, com salários baixíssimos. Esse comportamento se estendeu (e ainda hoje é assim) com mulheres se deslocando, principalmente do Norte e Nordeste do país, para trabalhar em outras regiões, como domésticas, em busca de melhores condições de vida. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) excluiu os trabalhadores domésticos na definição dos direitos trabalhistas. Em 1972, a Lei 5.859 regulamentou a profissão de empregado doméstico e

formalizou alguns poucos direitos, como o contrato por meio da anotação em carteira de trabalho. Os avanços começaram a surgir com a Constituição de 1988 que, no artigo 7º, assegurou a esses trabalhadores apenas nove dos direitos assistidos aos demais [salário mínimo, irredutibilidade do salário, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, licença-gestante, licença-paternidade, aviso-prévio proporcional e aposentadoria], além da integração à Previdência Social. Agora, os trabalhadores domésticos passam a ter assegurados 25 direitos.

A senhora acredita que os direitos previstos na PEC serão respeitados?

Agora é lei. É constitucional. No começo, poderá ocorrer certo desconforto e surgirão dúvidas. Mas tenho certeza que patrões e empregados chegarão a um consenso sobre a melhor forma de se adaptar às mudanças legais.

Uma lei pode mudar um padrão cultural e de comportamento que dura décadas?

Acredito que haverá, sim, uma profunda mudança cultural, comportamental e do próprio mercado de trabalho doméstico. Essa já é uma tendência mundial. A existência do trabalho doméstico na forma que ainda

há no Brasil é praticamente única em todo o mundo.

Como a senhora encara as críticas, por exemplo, a de que haverá desemprego para a categoria?

Toda vez que se aprova um novo direito para o trabalhador no país, os argumentos são os mesmos: que vai haver desemprego ou que vamos enfrentar o caos no mercado de trabalho. Foi assim, por exemplo, quando na Constituinte discutimos o direito de as trabalhadoras terem 120 dias de licença maternidade. Àquela altura, diziam os empresários que se movimentavam do Brasil inteiro para vir à Brasília convencer os constituintes, que nenhuma mulher trabalharia mais e que seria impossível incorporá-la (a mulher) ao mercado de trabalho. Vinte e cinco anos depois, temos mais do que o dobro de mulheres no mercado de trabalho. O empregado doméstico continua provando que o mercado precisa dele. Não acredito que vá haver nenhum transtorno maior, nenhum caos, com a aprovação dessas medidas. Muitos dos direitos que não estavam formalizados já são até práticas de convivência. A jornada de trabalho de 8 horas por dia é um direito dos trabalhadores em qual-

quer lugar do mundo. Patrões e empregados, juntamente com os sindicatos, vão encontrar as melhores formas de se adotar modelos de contratos de trabalho que sejam bons para todas as partes. Pode haver, inicialmente, algum movimento de demissões, mas será momentâneo. O que vai determinar essa movimentação é a demanda e a oferta do trabalho. Na verdade, hoje já existe uma grande dificuldade de se achar pessoas para exercer o trabalho doméstico, porque ninguém mais quer ser empregado sem ter efetivado o direito ao Fundo de Garantia, ao seguro-desemprego. A mão de obra está migrando para outras áreas. Quanto à informalidade, que muitos dizem que vá aumentar, lembro que, infelizmente, o mercado

de trabalho doméstico já é bastante informal: segundo o Ministério do Trabalho, são mais de 7 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais apenas 1 milhão tem carteira assinada.

E a possibilidade de uma multiplicação das ações judiciais?

Em princípio, não vejo razões, principalmente se houver uma campanha de esclarecimento da população, por parte do governo, sobre as novas regras.

Acredita que, no futuro, os encargos maiores levarão ao fim da profissão?

Acredito que vamos caminhar para uma regulamentação maior da profissão e, principalmente, para uma convivência melhor entre empregado e empregador. A partir de agora, vamos ter pessoas se qualificando para o emprego doméstico e pessoas mais qualificadas no mercado de trabalho também para exercer outras tarefas.

Essa conquista da categoria chegou tarde demais?

Trata-se de uma injustiça social antiga, dos tempos da escravidão, cujo movimento pela conquista de direitos teve início em 1936, com Laudelina Campos Melo fundando a primeira associação da categoria, e que ganhou mais força a partir da Constituinte. Essa conquista demorou, mas chegou.

Destes novos direitos previstos, a senhora acha que existe algum que seja mais importante?

A jornada de 44 horas semanais, com 8 horas diárias, é um direito central, assim como a proibição do trabalho infantil. Esse item, especificamente, é extremamente importante. Não é possível termos emprego doméstico para crianças e jovens com 14 ou 16 anos de idade. Agora fica terminantemente proibido o trabalho doméstico para esta faixa etária.



Gurgacz diz que governo precisa agir para evitar demissões

Acir Gurgacz defende desoneração de tributos para patrões

Para estimular a formalização do trabalho das empregadas domésticas e evitar demissões, o governo federal precisa reduzir os custos da folha de pagamento das famílias que contratam esses profissionais. A opinião é de Acir Gurgacz (PDT-RO), que vê necessidade de mudanças na tributação do empregador doméstico devido à aprovação da PEC 66/2012 — conhecida como PEC das Domésticas, que garante jornada de trabalho de 8 horas diárias, pagamento de horas extras e de FGTS.

— Os direitos das empregadas são justos e merecidos, mas acredito que, se não forem dados benefícios a quem contrata, o emprego doméstico será diminuído — afirmou o senador.

Gurgacz considerou importantes mecanismos que possibilitem a dedução de parte do valor pago ao empregado doméstico do Imposto de Renda. Essa sugestão faz parte de projeto de lei apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR) antes mesmo da aprovação da PEC das Domésticas: o Projeto de Lei do Senado (PLS) 270/2011 propõe dedução no Imposto de Renda da remuneração paga pelas famílias até três salários mínimos mais o décimo-terceiro. O texto está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda designação de relator. Requião pretende pedir urgência para a votação em Plenário. O senador assinalou que, das 6,7 milhões de empregadas domésticas que trabalham no Brasil, apenas 26,3% têm a carteira de trabalho assinada atualmente.



Luta pela carteira assinada continua, destaca Pimentel

Pimentel considera novos direitos uma “reparação de injustiça”

Com a promulgação da PEC das Domésticas, o Brasil vai reparar uma injustiça, disse José Pimentel (PT-CE).

— Muitos consideram a aprovação da PEC como o fim da escravatura no Brasil. Lamentavelmente, este país, que é a sexta potência econômica no planeta, ainda tinha boa parte das suas trabalhadoras e dos seus trabalhadores sem os mesmos direitos que os demais — disse.

Entre as conquistas, citou o senador, está o direito ao seguro-desemprego que, na opinião dele, será automático após a promulgação da lei, sem depender de regulamentação.

Mesmo com os novos direitos, Pimentel observou que “continua a luta pela formalização da carteira assinada das empregadas domésticas no Brasil”.

Dos quase 7 milhões de trabalhadoras dessa categoria, informou o senador, apenas 30,6% têm carteira de trabalho assinada pelo empregador. Ele também destacou a predominância de mulheres.

— Em torno de 93% das pessoas que atuam nessa atividade (6,6 milhões) são mulheres, conforme dados de 2011 — disse.

Saiba mais

Proposta de Emenda à Constituição 66/2012
<http://bit.ly/PEC66>

Ministério do Trabalho e Emprego
<http://www.mte.gov.br>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/jornal

Situação de torcedores presos na Bolívia será discutida com Patriota

Audiência com o ministro das Relações Exteriores amanhã vai tratar também dos planos para a política externa brasileira em 2013

A SITUAÇÃO DOS 12 torcedores do Corinthians presos na Bolívia será um dos temas da audiência com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, amanhã, na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Semana passada, o presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), visitou os brasileiros em Oruro, onde são investigados pela morte do torcedor Kevin Espada, de 14 anos, atingido por um sinalizador durante um jogo em fevereiro.

A visita de Ferraço aos corinthianos repercutiu em diversos veículos de comunicação. Imagens do encontro, gravadas com exclusividade pela Agência Senado, foram exibidas domingo no programa *Fantástico*, da Rede Globo.

Além de questionar o ministro das Relações Exteriores sobre a postura do governo brasileiro no episódio, Ferraço



Presidente da CRE, Ricardo Ferraço (C) foi a Oruro visitar torcedores que estão presos desde 20 de fevereiro na Bolívia

requisitou reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para saber quais providências podem ser tomadas pela pasta. A data da reunião ainda não foi confirmada.

O senador teme pela vida dos brasileiros, mantidos em presídio superlotado, em convivência com outros presos, embora durmam em celas separadas.

Na opinião do senador, os torcedores “estão sendo objeto de barganha política” por parte do governo da Bolívia, em virtude de a embaixada do Brasil naquele país ter concedido asilo político ao senador Róger Pinto Molina, crítico e opositor do governo do presidente Evo Morales.

A audiência com o ministro das Relações Exteriores foi

convocada antes da visita de Ferraço à Bolívia e servirá para que os senadores da CRE conheçam os planos do Itamaraty para 2013.

A população poderá participar da audiência por meio do Portal e-Cidadania (<http://www12.senado.gov.br/ecidadania>), enviando perguntas ou sugestões de temas para debate.

Vital aponta escalada de violência no país e lentidão da Justiça

O aumento dos casos de homicídios no Brasil foi lamentado por Vital do Rêgo (PMDB-PB). O senador se disse especialmente preocupado com as questões de segurança pública em Maceió, a sexta cidade na média de homicídios do país, e João Pessoa, a décima. De acordo com ele, a impunidade e a falta de sinergia entre os diversos órgãos responsáveis pela segurança pública e pela Justiça levam ao aumento da criminalidade.

— Em João Pessoa, de sexta-feira a segunda houve 26 assassinatos, 25 tentativas de homicídio, 11 esfaqueados e 13 espancamentos. Ninguém foi preso — declarou.

Vital citou estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelando que Sergipe foi a única unidade da Federação que conseguiu julgar, até o final de 2012, todos

os processos que estavam em andamento por homicídios ocorridos até dezembro de 2007.



Pinheiro: seca no Nordeste requer operação de guerra

Walter Pinheiro (PT-BA) reivindicou mais medidas para combater a seca no Nordeste.

O senador sugeriu que o governo adote uma “política de convivência com a

seca”, mesclando dois tipos de operação: uma emergencial e outra de perenização, que ofereça estrutura para evitar maiores prejuízos nas estiagens futuras. O senador informou que acompanhará hoje, em Fortaleza, encontro da presidente Dilma Rousseff com governadores nordestinos na Sudene. A expectativa é de que seja anunciado um pacote com medidas.

Viana pede apoio para vítimas de cheia no Acre

Enchente no Rio Liberdade, em Cruzeiro do Sul (AC), levou Jorge Viana (PT-AC) a pedir ajuda federal. Viana classificou a situação de trágica e afirmou que,

mesmo com a ação rápida do governo para remover e abrigar as famílias, o Acre precisa de ajuda do Ministério da Integração Nacional. — Em Cruzeiro do Sul, onde pessoas perderam as casas, é fundamental a ajuda da Defesa Civil nacional e do Ministério da Agricultura às famílias atingidas — disse, informando ter encaminhado ofício ao Ministério da Integração Nacional solicitando apoio.

É preciso eliminar aftosa em Roraima, alerta Jucá

Para Romero Jucá (PMDB-RR), a sanidade vegetal e animal deve ser prioridade. Ele frisou que Roraima não é declarada como livre da febre aftosa e isso prejudicou o

comércio com a Venezuela em 2012. Jucá disse que o Ministério da Agricultura, com o governo estadual, estabeleceu ações para proteger da febre aftosa o rebanho bovino de Roraima.

— Nós colocamos os recursos e agora pactuamos com o ministro que até 2014, com a vacinação que está se iniciando hoje e com a pesquisa sorológica que vai ser feita, nós teremos condição de declarar Roraima livre da aftosa.

Pagamento por serviços ambientais é debatido

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) faz audiência pública hoje, às 11h, para debater uma política de pagamento por serviços ambientais. Entre os convidados, está o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), relator do PL 792/2007 na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

A proposta, do deputado Anselmo de Jesus (PT-RO), define serviços ambientais e prevê pagamento ou compensação a iniciativas que favoreçam a manutenção, recuperação ou melhoramento desses serviços. Também foram convidados representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Meio Ambiente e da ONG Conservação Internacional.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Proposta em tramitação na Câmara estabelece que Polícia Federal participe de investigações sempre que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes

Conselho apoia projeto de lei que federaliza crimes contra jornalistas

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional aprovou ontem moção de apoio ao Projeto de Lei 1.078/2011, que federaliza os crimes contra jornalistas, estabelecendo participação da Polícia Federal nas investigações. Na moção, o conselho sugere ao autor, deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), que a iniciativa explicita a proteção a radialistas e todos os que praticam a atividade jornalística. O CCS solicitou rapidez na tramitação do projeto.

A moção foi elaborada pelo conselheiro José Catarino do Nascimento, que representa os radialistas. Segundo Nascimento, um levantamento feito pela Federação Nacional dos Radialistas mostrou que, dos assassinatos que vitimaram esses profissionais nos últimos dois anos, pelo menos dez casos podem estar relacionados a vinganças motivadas por denúncias.

De acordo com o texto original do projeto, em tramitação na Câmara, a participação da Polícia Federal nas investigações de crimes contra jornalistas ocorrerá se houver “omissão ou ineficiência das esferas competentes”.



Dom Orani Tempesta (D) e Fernando Cesar Mesquita, presidente e vice do Conselho de Comunicação Social

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Recomendações para a Ancine e a Anatel

Na reunião, foram aprovados dois relatórios referentes a regulamentos da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Os regulamentos referem-se à Lei 12.485/2011, que trata da comunicação audiovisual de acesso exclusivo a assinantes.

Sobre a Ancine, o CCS reclama que não foram enviados estudos técnicos, votos dos conselheiros e opiniões jurídicas. O conselho recomendou diálogo permanente com a agência e pediu envio de informes semestrais sobre a quantidade de produtores, programadores, empacotadores e distribuidores.

Para a Anatel, o CCS recomendou a revogação de dois

artigos do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (Seac). O primeiro proíbe contratação de programação estrangeira por meio de empresa que não esteja localizada no Brasil. O segundo cria uma entidade representativa das instituições de ensino superior para coordenar a utilização de canais universitários.

Norma revogada

No primeiro caso, o CCS entende que o dispositivo é ilegal porque a Lei 12.485/2011 revogou a MP 2.228-1/2001, que determinava que contratação de programação internacional deveria ser feita por empresa brasileira. Segundo o relatório, “não cabe

à disciplina regulamentar reincorporar ao mundo jurídico mandamento revogado por lei”.

No caso dos centros universitários, a entidade representativa para coordenar o canal universitário deve ter, em sua composição, um representante de cada centro de ensino superior localizado na área de abrangência do canal. Segundo o relatório aprovado pelo CCS, a Anatel não teria competência para estabelecer obrigações a agentes que não integram o setor de telecomunicações. Além disso, a determinação do regulamento infringiria a Constituição, que prevê que ninguém poderá ser obrigado a aderir a uma associação.

Comissões temáticas têm novas regras

Membros titulares e suplentes do CCS poderão participar das cinco comissões temáticas do órgão, em vez de restringir suas atuações a um desses colegiados. Como alguns integrantes não estavam presentes ontem, as comissões deverão ser formadas até 6 de maio.

As comissões são: Marco Legal e Regulatório; Tecnologia de Informação e Comunicação; Conteúdos em Meios de Comunicação; Liberdade de Expressão e Participação; Publicidade e Propaganda. Cada uma deverá ter no mínimo 6 representantes do conselho, que tem 13 titulares e 13 suplentes, e contar com representantes das empresas, dos profissionais de comunicação e da sociedade civil. Cada comissão terá um coordenador e um relator.

INTEGRANTES REPRESENTAM SETORES DA COMUNICAÇÃO

O CCS tem cinco representantes da sociedade civil, e dois deles coordenam o colegiado: dom Orani Tempesta (presidente) e Fernando Cesar Mesquita (vice-presidente). Os outros titulares são Walter Ceneviva (representante das empresas de rádio), Gilberto Leifert (empresas de televisão), Alexandre Kruehl Jobim (empresas da imprensa escrita), Roberto Franco (notórios conhecimentos), Celso Augusto Schröder (jornalistas), José Catarino Nascimento (radialistas), Jorge Coutinho (artistas), Luiz Antonio Gerace (cinema e vídeo), Miguel Cançado, Ronaldo Lemos e João Monteiro Filho (três da sociedade civil).

Requião reprova reportagens de jornais sobre viagens de Dilma e Lula

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a imprensa por condenar viagens internacionais da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ele disse que os jornais, principalmente



Waldemir Barreto/Agência Senado

a *Folha de S.Paulo*, reprovam viagens do ex-presidente petista, mas exaltam as do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. A mídia, ironizou Requião, tem cumprido “com maestria” o papel de líder da oposição.

— Há escândalos reais, que envolvem, por exemplo, leilões da Agência Nacional do Petróleo, concessões a empresas de telefonia, a pizza que foi a CPI do Cachoeira. Mas a mídia e seu braço parlamentar querem saber das viagens do Lula e da Dilma ao Vaticano — disse.

Requião leu artigo publicado

dia 24 no blog do jornalista Luís Nassif, em que o autor, Hugo Carvalho, lista viagens internacionais de FHC que teriam sido custeadas por empresas beneficiadas em seu governo. Essas viagens, disse Requião, ganham na grande mídia repercussão diferente das viagens feitas pelo ex-presidente Lula. O artigo ressalta que Fernando Henrique, em suas palestras, tem feito críticas duras à política econômica, fazendo uma propaganda no exterior mais negativa do que positiva.

Para Requião, a *Folha* “perdoa” tudo o que é feito pelo ex-presidente sociólogo, mas não dá o mesmo tratamento ao presidente torneiro-mecânico. Seria “o medo da aristocracia brasileira do crescimento das classes mais pobres”.

Ricardo Ferraço lamenta morte do radialista Jairo Maia

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou o falecimento, na sexta, do “radialista e amigo” Jairo Maia, que disse ser “o maior dos comunicadores” do Espírito Santo. Capixaba de Bom Jesus do Norte, Maia estreou seu programa em Vitória, em 1961, e foi líder absoluto de audiência por mais de 40 anos.

— Levou pelas ondas do rádio alegria, informação, entretenimento e jornalismo a milhares de ouvintes de todo o estado e também do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia — afirmou o parlamentar.

Ferraço lembrou que Jairo Maia mudou-se para a capital, convidado por Lamartine Babo, para ser representante da União Brasileira de Compositores.

Rodrigues relata prejuízos causados por engarrafamentos em São Paulo

O senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) manifestou preocupação com os congestionamentos nas estradas que dão acesso ao Porto de Santos, em especial em Cubatão, Guarujá e Bertioxa, no estado de São Paulo. Os engarrafamentos são diários e, segundo o senador, têm como principal causa o escoamento da produção de grãos.

— A rodovia sofre com o volume excessivo de veículos. Os acessos terrestres estão saturados em razão da safra de grãos. O escoamento da produção de soja e de milho afeta outros portos do país.

O senador afirmou que, além das dificuldades enfrentadas pelos caminhoneiros, os engarrafamentos atrapalham a população das cidades. As empresas de turismo, a



Waldemir Barreto/Agência Senado

rede hoteleira e o comércio temem prejuízos, já que, com o acesso dificultado, pode haver redução no número de visitantes.

O problema deve ser amenizado com a construção da

Avenida Perimetral, ainda em obras, disse o senador. Foi criada força-tarefa entre a Prefeitura do Guarujá, a Companhia Docas, a polícia rodoviária e a Ecovias, concessionária do sistema viário.

— Há necessidade urgente de solução e espero que a força-tarefa seja capaz de encontrar uma saída, embora provisória, para o grave problema que atinge a Baixada Santista.

O senador disse confiar na sensibilidade do governo federal para aliviar o problema do escoamento de grãos também em outras rodovias do país.

Audiência pública na Comissão de Infraestrutura revela opiniões contrárias sobre medida provisória que possibilitou redução de tarifa

Industrial diz que preço da energia reduz competitividade do Brasil

O PREÇO DA energia elétrica é fator importante de perda de competitividade da produção industrial, disse ontem o presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa. Ele participou de audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre o tema “Energia e desenvolvimento do Brasil — eletricidade convencional”. A reunião faz parte de um ciclo de debates sobre infraestrutura.

Pedrosa apoiou a Medida Provisória (MP) 579/2012, editada pelo governo federal para reduzir as tarifas de energia elétrica. Para ele, apesar de não ser suficiente para devolver a competitividade da indústria, foi um sinal importante de como o governo e o Congresso estão empenhados em fortalecer o setor.

— Se temos uma visão geral positiva, fazemos também um



Presidente em exercício da comissão, Jorge Viana (3º à esq.) conduz audiência com Paulo Pedrosa (D) e outros debatedores

apelo para que as medidas [do governo federal] sejam aprofundadas. Elas foram, infelizmente, insuficientes para devolver a competitividade à produção nacional — disse o presidente da Abrace.

Com opinião diferente, o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, afirmou que as medidas de redução das tarifas contribuíram para gerar uma crise de desconfiança no setor elétrico no país. Segundo ele, as medidas reduziram em

até 30% o caixa das empresas de distribuição de energia e também estão inviabilizando a obtenção de financiamentos externos.

O Acende Brasil é um centro de estudos sobre o setor elétrico. Na opinião de Sales, a iniciativa de redução de tarifas se configura quase como um atentado à tentativa do setor elétrico de se estabelecer como um segmento confiável para investimentos em energia melhor e mais barata.

Falando em defesa do governo federal, Jorge Viana (PT-AC), como presidente em exercício da CI, rebateu alegação do presidente do Instituto Acende Brasil quanto à existência de interesse eleitoral na publicação da MP 579/2012.

Para Viana, não há justificativa para o Brasil ter uma das tarifas de energia elétrica mais caras do mundo, tendo em vista as inúmeras vantagens comparativas para a produção desse insumo existentes no país, tais como a grande variedade de fontes de geração e o enorme mercado consumidor ainda a ser atendido.

— Acho que os produtores estão completamente equivocados quando vinculam o movimento de Dilma [de redução de tarifas] ao período eleitoral. Vem simplesmente por conta do fato concreto de que estão chegando ao fim as concessões, que precisam ser renovadas — disse Viana.

No mesmo sentido, João Capiberibe (PSB-AP) reconheceu o mérito da iniciativa do governo federal, chamando a atenção para a importância de o Congresso avaliar com atenção as concessões públicas no país, tornando o setor mais transparente.



Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma das principais fontes de energia elétrica do país: redução de tarifa domina debate

Brasil precisa enfrentar problemas de logística, afirma Blairo Maggi

O Brasil paga caro pelas ineficiências, prejudicando todos os setores produtivos, disse Blairo Maggi (PR-MT).

Para o senador, as rodovias do país estão repletas de caminhões e outros veículos, atrasando e encarecendo o transporte da produção. Além disso, a capacidade de embarque dos portos está aquém das necessidades, então muitos

navios ficam esperando para embarcar mercadorias, o que onera ainda mais o processo.

Maggi considerou que o país construiu nos últimos anos uma economia forte e que está sendo distribuída para toda a população. Mas acredita que a falta de infraestrutura impede o acesso a bens e serviços. Como exemplo, citou a dificuldade de fazer turismo no Brasil por

causa dos aeroportos lotados e voos atrasados.

— O Brasil precisa enfrentar os problemas de logística como um movimento de guerra, pois a infraestrutura é muito fraca e ineficiente. O país tem dinheiro, basta vontade e um projeto de governo feito com determinação, envolvendo sociedade civil e empresas privadas — disse.



Blairo critica a situação das rodovias

Desabastecimento de milho em debate na CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove amanhã, às 9h, debate sobre os problemas que envolvem o desabastecimento

de milho no mercado interno. O requerimento da audiência foi apresentado por Lídice da Mata (PSB-BA).

Foram convidados Eduardo

Salles, secretário de Agricultura da Bahia; José Maria dos Anjos, do Ministério da Agricultura; Cesário Ramalho da Silva, presidente da Câmara

Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo; e Erico Antonio Pozzer, presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos.

Distribuição de merenda nas férias pode ser votada

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode votar hoje, em decisão terminativa, projeto de lei que garante a distribuição de merenda escolar fora do período letivo para os alunos matriculados na educação básica da rede pública.

O projeto (PLS 569/2009) recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O autor, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), explica que o objetivo é evitar a descontinuidade na dieta dos estudantes que dependem da alimentação oferecida pela escola.

A CE também pode examinar o PLS 124/2007, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que garante desconto na quitação do saldo devedor dos alunos de graduação beneficiados pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); e o PLS 228/2012, de Cyro Miranda (PSDB-GO), que inclui a orientação vocacional como diretriz curricular no ensino médio.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Audiência discute fortalecimento da cadeia do leite

A busca de alternativas para estimular e fortalecer a cadeia produtiva do leite no Brasil é o tema da audiência pública que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza na quinta-feira, às 8h30.

O debate foi requerido pelo presidente do colegiado, senador Benedito de Lira (PP-AL), com apoio do vice-presidente, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), e dos senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Entre os convidados, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, da Associação Brasileira de Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios, da Associação Brasileira da Indústria de Leite Longa Vida, do Sindicato Nacional da Indústria da Alimentação Animal, da Embrapa e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



Márcia Kollmeier/Agência Senado